

Conversando sobre trabalho na sala de espera em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)

Beatriz Diniz – Instituto de Psicologia, USP

Resumo

Este trabalho apresenta uma trajetória de mais de um ano e compreende dois momentos distintos, embora contínuos. A primeira parte refere-se a conversas na sala de espera em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), de Taboão da Serra (SP). Já a segunda parte refere-se a uma intervenção em uma praça pública do mesmo município. O tema em comum entre elas é o mundo do trabalho. No trabalho em um CRAS buscou-se: compreender o que as pessoas buscavam no CRAS e como era vivida a situação de trabalho/desemprego; trazer elementos dos contextos sociais/históricos/políticos do desemprego problematizando visões que culpabilizavam as pessoas pelo desemprego enfrentado, tendo como base o Projeto Desemprego (Farina, AS & Neves, TFS. Formas de lidar com o desemprego, Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v.10, n.1, p.21-36, 2008). A partir da constatação de um perfil restrito no CRAS - predominância de mulheres com histórico de serviços de limpeza - passamos a frequentar uma praça pública portando apenas um cartaz de papel cartão com os dizeres “TRABALHO?”, em que esperamos a aproximação das pessoas para perguntar como era seu trabalho e a oferta da região, visando fomentar discussão do tema em espaço público. Esta intervenção teve como base a intervenção filmica realizada por Miyashiro & Trench (In: Imaginário, n. 16, 2008, p. 211-230).

1. Introdução

A construção de um formato para as atividades no CRAS tiveram início no primeiro semestre de 2010 sob orientação de Tatiana das Neves do Centro de Psicologia Aplicado ao Trabalho (CPAT), no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). O CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. É responsável pela prestação de serviços e programas assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, dentro de uma perspectiva que se propõe a favorecer a autonomia e a cidadania através do desenvolvimento, da justiça e da equidade social (Brasília, 2007).

Após algumas visitas ao CRAS e participação nos grupos de acolhimento e avaliação para inserção no Programa Bolsa-Família (PBF), havíamos pensado em um grupo de trocas para pensarmos juntos a situação do desemprego, a partir da premissa de constituir um trabalho que tivesse como fundamento respeitar a autonomia dos indivíduos, contrariando uma orientação autoritária, assistencialista ou de tutoria. A idéia central era criar um espaço que privilegiasse a experiência do grupo, ou seja, que levasse em conta o coletivo, em que as pessoas pudessem falar, debater sobre questões que fossem relevantes para suas vidas. O objetivo era ser um espaço em que as pessoas pudessem, através de contato com as outras pessoas em situação semelhante, refletir sobre essas questões e conosco construir um espaço de troca, de organização, de articulação, de esclarecimento sobre seus direitos de acordo com a própria perspectiva emancipatória proposta pelo SUAS. Aliado a isso, constatamos, nas reuniões do PBF e conversando com um psicólogo que trabalhava naquela instituição, que há muitas pessoas que não entram no perfil de recebimento do programa e que há espera de até um ano ou mais para o recebimento do benefício. Pensamos em que como essas pessoas faziam para se virar nesse tempo, com que recursos contam? E o que mudou para elas após o recebimento do benefício?

Inicialmente esses grupos iriam ocorrer, uma vez por semana, no próprio CRAS, sem ser necessário qualquer tipo de inscrição ou seleção, sendo o público alvo composto por aqueles indivíduos que estão fora do perfil do recebimento do bolsa-família. Estas pessoas seriam convidadas a participar de uma reunião para conversar sobre a situação de emprego/desemprego.

Pensamos nessa caracterização vaga de grupo, pois acreditamos que são as próprias pessoas que mais sabem mais da realidade em que vivem e do que necessitam, sendo contrário ao nosso posicionamento propor um grupo previamente determinado. No entanto, há algumas diretrizes que nos colocamos. Por termos percebido que os assuntos “emprego”, “desemprego”, “qualificação”, e “oportunidades” foram assuntos que surgiram bastante nos grupos que participamos no CRAS, pensamos que o tema “Trabalho” constituía um tema relevante neste contexto e que, portanto, havia possibilidade de realização de um projeto sobre este assunto. Assim, nas reuniões do PBF, falamos sobre o nosso grupo, convidando as pessoas a participarem, deixando sempre claro que era um grupo aberto e que não tinha nenhuma obrigatoriedade e relação com as reuniões do PBF. Além disso, deixamos afixado um cartaz no mural da entrada do CRAS sobre o grupo ao qual demos o nome de “Trabalho e geração de renda”. No entanto, o que observamos é que as pessoas não vinham a este grupo. Percebemos que as pessoas compareciam apenas aos grupos socioeducativos, que eram obrigatórios para quem estava inserido no PBF.

Assim, depois de uma conversa com o psicólogo da instituição em setembro, pensamos em reavaliar a proposta do formato do nosso grupo e fazermos nossa intervenção ali mesmo na sala de espera, onde é um lugar muito rico em experiências. A recepção não é apenas um lugar para receber as pessoas que entram, mas também tem a função de ser um primeiro acolhimento. Com essa experiência identificamos um elemento de caracterização da população que procura o CRAS que diz respeito a forma como a rotina parece se organizar. Tal rotina se configuraria pela dedicação reservada a acontecimentos mais imediatos, do aqui-e-agora. Cruzando esse elemento com o fato de a maioria das pessoas com quem tivemos contato estarem desempregadas e, portanto, sobrevivendo de bicos, o momento presente é o momento em que as oportunidades surgem ou o momento em que se está em busca das oportunidades. De modo que o hábito de ter uma programação previamente determinada para os próximos dias não se dá de forma rigorosa. Além disso, o dia em que se vai ao CRAS é um dia que se perde em termos de trabalho. Assim, abandonamos, a princípio, a idéia do nosso grupo e começamos a fazer a nossa intervenção ali mesmo na sala de espera, o que nos pareceu coerente com a dinâmica do lugar e das pessoas que buscam os serviços do CRAS. Da metade do semestre em diante, as segundas feiras no período da manhã, freqüentamos a sala de espera, conversando com as pessoas que ali estavam. Para o início da conversa sempre nos apresentávamos como estagiárias de psicologia que estávamos ali tentando compreender o que as pessoas buscam no CRAS e como é vivida a situação de emprego. Ao longo do semestre tivemos a oportunidade de conversar com muitas pessoas que passaram pelo CRAS e com isso, levantamos alguns elementos da população que chega à instituição.

Essas observações foram objeto de nossas reflexões ao longo do segundo semestre de 2010 e sobre elas nos debruçamos para pensar temas como a função do CRAS para a comunidade, as dificuldades do trabalho nesta instituição, o trabalho do psicólogo e do assistente social, a população que consegue acessar aos serviços oferecidos além da população que não consegue acessá-la e, portanto, está às suas margens. Para além da reflexão, tais observações nos instigaram ao mesmo tempo a repensar a forma de intervenção. Um dos primeiros elementos que nos chamou a atenção desde o início das idas ao CRAS foi a predominância das mulheres na instituição. São, geralmente, elas que vão em busca dos auxílios e freqüentam os grupos socioeducativos variando muito em idade. Muitas delas trazem os filhos pois não tem com quem deixar. Se isso ocorre quando têm que comparecer ao CRAS, imaginamos que seja igualmente uma questão para conseguirem um emprego. Elas precisam trabalhar, mas é necessário que atentem para os cuidados da casa e dos filhos. Com relação aos filhos há ainda a atenção que devem dar à freqüência destes nas escolas, uma vez que isso faz parte das condicionalidades para receber o bolsa-família e o descumprimento acarreta perda do benefício. Outro elemento que pudemos observar com relação a essas mulheres é que a maioria relata como experiência de trabalho um longo histórico de prestação de serviços de limpeza tanto em empresas como em “casas de família” e também com e sem registro. Um desdobramento desta vasta experiência com serviços de limpeza são os problemas de saúde que relatam como dores nas colunas, nas pernas e nas articulações. Além disso, elas costumam continuar executando este tipo de serviço até os 50 ou 60 anos. Quanto aos maridos ou homens

próximos, não temos elementos suficientes para fazer inferências. Dos homens que compareceram ao CRAS, a maioria deles estava ali ou para acompanhar a mulher ou porque a mulher não pôde ir e pediram que comparecessem em seu lugar. Mas a essa situação podemos pensar numa representação para a sociedade tanto do lugar e da função de cada um dos gêneros como da instituição. É a mulher, pelo que pudemos observar, que fica incumbida, ou se propõe a procurar uma alternativa para as dificuldades econômicas da família. Não podemos descartar, no entanto, o fato de que algumas dessas mulheres não são casadas e não possuem nenhum tipo de união com algum homem e vão procurar ajuda simplesmente para si e para os filhos. Quanto aos homens que passam por dificuldades financeiras, não observamos nenhum nesta situação, de modo que, devem buscar outras saídas para tais dificuldades.

No que se refere ao trabalho ou a falta dele, pudemos perceber que a imprevisibilidade é uma das características mais trazidas quando se fala sobre trabalho, é um bico ali, outro aqui, uma ajuda do vizinho, de contatos, em que presença de redes sociais se mostra como parte constituinte do cotidiano. Fala-se muito em fazer o que aparecer, “a gente não escolhe”, “o que aparecer tá bom”. Nessa relação, os benefícios oferecidos pelo CRAS se configuram como mais uma das “ajudinhas” no final do mês, “o dinheiro da feira”, como uma senhora nos contou. É como se o benefício dos programas sociais fosse mais um elemento em que as pessoas contam, por algum tempo, mas na verdade as pessoas já conhecem formas, que no mais das vezes desconhecemos, para se manter. O que é trazido de mudança pelos usuários que recebem benefícios é a possibilidade de planejamento que um dinheiro certo no final do mês pode proporcionar, contrastando com a imprevisibilidade, apontada acima, e a imediatez do tempo das coisas que os usuários nos passam.

Esse conhecimento que as pessoas trazem de se virar, na maioria das vezes é ignorado pelos programas sociais e pelos profissionais da área social, e no geral as próprias pessoas não o reconhecem. A partir disso, e aliado ao perfil restrito que levantamos na sala de espera, começamos a discutir nas supervisões a importância de se conhecer o entorno do CRAS, o que tem no bairro, como é a relação das pessoas com a comunidade, o que a cidade oferece. Assim, começamos a procurar saber as regiões em que o CRAS Pirajussara engloba pelo mapa de Taboão da Serra, ficamos mais atentas aos cartazes fixados nos murais do CRAS, buscando colher informações a respeito da comunidade e do vínculo do CRAS com a mesma, e principalmente, começamos a conversar na sala de espera sobre o que se faz no tempo livre, o que o bairro tem a oferecer, etc., de forma que a idéia de se aproximar mais da rua, sair um pouco da sala de espera, começou a nos apontar como mais uma possibilidade de realizar nosso trabalho.

Em geral, as pessoas que freqüentam os CRAS o associam como um lugar aonde se procura o PBF, sendo que quando a sala de espera esta cheia já imaginamos que é por conta das reuniões de cadastramento ou socioeducativas (ambas obrigatórias) do programa. Para receber o benefício do bolsa-família é necessário passar por uma avaliação sócio-econômica para verificar se a pessoa esta no perfil de recebimento do benefício, se sim o usuário deve comparecer uma vez por mês em reuniões coordenadas por um profissional, além de ter que cumprir as condicionalidades que o programa exige, como seus filhos estudarem e apresentarem um mínimo de 85% de frequência nas aulas. Com isso, na maioria das vezes as pessoas que estão na sala de espera estão pelo PBF, seja por informação seja por conta de que foi bloqueado o benefício por descumprimento de alguma condicionalidade. Outros motivos de ida ao CRAS que tivemos contato foram: desaparecimento de parentes, cobrança de visita domiciliar, pedido de dinheiro para passagem, informações sobre demais serviços públicos, ajuda na construção de currículos e pedido de cesta básica. Outro elemento que nos chamou a atenção em relação as implicações do recebimento dos benefícios é que no geral, as pessoas se mostram constrangidas ou tentam nos demonstrar como elas realmente precisam desse dinheiro, pois senão elas não “iam tirar de quem precisa mais”, de modo que a partir da percepção que essas pessoas nos passaram em relação ao centro de assistência social pudemos nos espantar em como os direitos sociais são na pratica concebidos como favores para pobre ou algo de que se envergonhar.

Quanto a relação estabelecida entre nós e as pessoas na sala de espera, algumas peculiaridades

destes breves encontros pontuais também saltaram aos nossos olhos. Na sala de espera, antes de mais nada, acreditamos que o que se configurou foi um momento de escuta diferenciada. Isso porque as pessoas não estavam ali para conversar conosco e não precisavam justificar nada para nós. Simplesmente nos apresentávamos como estagiárias de psicologia e perguntávamos se poderiam nos contar porque estavam lá e qual era a situação de emprego/desemprego que estavam vivendo. Em todos os casos as pessoas se punham a contar espontaneamente dados de sua história e de suas dificuldades e oferecíamos o que podíamos oferecer naquele contexto, a escuta e acolhimento. Desse modo a experiência da sala de espera configurou-se para nós em um momento em que essas pessoas podiam mostrar sua voz, e mostravam. Esses momentos que compartilhávamos com as pessoas na sala de espera consistiram ainda em uma experiência intensa de alteridade e uma aprendizagem. Deparamos-nos com o fato de que nossa formação não nos dá muito suporte para atuação no serviço público, mas no entanto estávamos podendo complementar em algum nível esta falha ali, na experiência. Impressionou-nos muito, por exemplo, as diferenças em termos de linguagem entre nós e as pessoas da sala de espera. Isso em muitos momentos dificultava o entendimento reciprocamente. Fomos percebendo aos poucos a flexibilidade que a língua pode ter e os diferentes significados que as palavras adquirem de acordo não só com o contexto, mas com a região geográfica. Fomos nos impressionando com essas coisas e, ao mesmo tempo, pensando em como a compreensão do modo de vida de um grupo depende da inserção e do compartilhamento, em alguma medida, deste modo de vida.

Nessas vozes que surgiram no espaço da sala de espera vimos surgir uma consciência política proveniente de quem realmente depende dos serviços e das políticas públicas para terem acesso a educação, saúde, alimentação, etc. São pessoas que nos dizem quais foram as mudanças sentidas na própria vida e na dos familiares a partir dos programas sociais desenvolvidos no governo Lula, por exemplo. Vimos pessoas cansadas das promessas e aparições políticas de interesse eleitoral e em geral mais pessoas indignadas com as dificuldades a que estão submetidas. Pessoas que contam suas histórias de trabalho com datas precisas e que retomam nostalgicamente lugares bons em que trabalharam, quanto tempo trabalharam de modo que esse exercício de retomada da própria história de trabalho parece ser algo prazeroso, como um encontro com alguém com quem não se esperava encontrar. Com isso, muitas pessoas agradecem quando nos despedimos. Agradecem por termos ouvido suas histórias, seus problemas, suas aflições e indignações aos modos de um desabafo. Aprendemos a acreditar na potência do encontro, no impacto que uma pessoa pode causar em outra e ao mesmo tempo no espelho que um pode ser ao outro, no sentido de que ao dizer sobre si ao outro podemos nos ver espelhados nesse discurso e retomar talvez uma história há muito tempo esquecida.

2. “Trabalho” na boca do povo: intervenções em um espaço público na região metropolitana de São Paulo

Com esses elementos e aliado ao perfil restrito da população que frequenta o CRAS, começamos a pensar na realização de uma ação fora dos muros da instituição. Com a ajuda da equipe do CRAS elegemos a Praça Luis Gonzaga, em Taboão da Serra (SP), em que continuamos a realizar nosso trabalho. Frequentamos a praça por um período um pouco mais que dois meses, semanalmente. Ao mesmo tempo que íamos à praça, fizemos a leitura de “Coisas de homens: relatos de uma intervenção filmica sobre menopausa no centro de São Paulo”, de autoria de Rafael Tadashi Miyashiro e Belkis Trench. A leitura deste trabalho foi a faísca necessária para a configuração do trabalho. Uma das contribuições que encontramos no trabalho de Trench e Miyahisro foi a conotação que dão ao senso comum. Trazem a idéia de que a prática de discursos do senso comum não é orientada para produzir, ela simplesmente existe e não é questão, tendo em vista que neste artigo o assunto se liga a área da medicina, de disseminar o conhecimento médico sobre a menopausa. Ao contrário, trata-se de abrir espaço para que o discurso médico seja permeado pelos sentidos do senso comum, a fim de que possa haver uma aproximação entre os especialistas e os usuários dos serviços de saúde. Além disso, abre-se ainda a possibilidade de “provocar nas pessoas

uma reflexão sobre o poder dos discursos biomédicos, e um questionamento da medicalização dos diferentes ciclos do corpo feminino, relativizando sua sintomatologia, ou mesmo a relação entre a menopausa e falta de libido, depressão, etc.” (Miyashiro Trench, 2008, p. 251). Para isso, adquiriram uma banca de camelô no centro de São Paulo, na qual colocaram 6 cartazes nos quais escreveram algumas questões sobre menopausa a fim de que pudessem suscitar a curiosidade de quem os visse. Posteriormente produziram um documentário com aqueles que permitiram as filmagens. Resguardando as devidas peculiaridades temáticas, identificamos o formato e o foco da intervenção como adequados aos nossos propósitos e por isso, baseamo-nos neles.

Nesta experiência que agora apresentamos, a intervenção se deu exclusivamente na Praça Luiz Gonzaga em Taboão da Serra. Esta praça fica localizada na estrada Kizaemon Takeuti, ao longo da qual há intensa atividade comercial. Inúmeras lojas de roupas, calçados e itens variados de armarinho e até lojas de animais que vendem patos e galinhas. Há também muitos botecos, casas do norte, padarias, restaurantes e alguns cafés. Há alguns bancos na região como o Bradesco e Nossa Caixa. Ao redor da praça a configuração é parecida. No entanto há menos lojas e mais botecos e salões de beleza. Ao fundo da praça há uma escola de educação infantil que dá uma dinâmica especial a esta nos horários de entrada e saída das crianças. Atrás da praça a área tem aspecto residencial com alguma atividade comercial-doméstica como salões de beleza e vendas em espaços de garagem. Há ainda outra escola pública. Na verdade a praça é um grande pátio de concreto com algumas árvores em volta e não há nenhum espaço coberto. Tanto seu um guardador de carros na praça, como as pessoas que compunham a equipe do CRAS nos informaram que antigamente a praça tinha muitas árvores. Porém foram derrubadas com o intuito de que pudessem ser feitos eventos da prefeitura no local. Há ainda um pasteleiro, um pipoqueiro e guardadores de carros trabalhando. Em um dos lados tem um trailer da prefeitura que oferece cursos de informática. A Guarda Civil Metropolitana é presença constante sempre em algum canto também. Seu caráter público e de encontro de diversos grupos, além dos transeuntes foi um fator que influenciou a nossa escolha.

Para nossa atuação confeccionamos um cartaz de papel cartão com os dizeres “TRABALHO?”, seguido por imagens que abordam a questão do trabalho (além da identificação “CPAT-IP-USP”). Colocamos o cartaz sobre uma mesa na lateral da praça e esperamos que as pessoas, movidas pela curiosidade da nossa presença e do dispositivo viessem até nós. Após nos apresentarmos iniciávamos a conversa perguntando sobre como era o trabalho das pessoas e como viam a oferta de trabalho na região. A intenção era fomentar a discussão do tema no espaço público além de observar qual era a configuração dos grupos que freqüentavam e transitavam pela praça.

Nesse período que freqüentamos a praça pudemos notar a presença de diversos grupos. Realizamos visitas na parte da manhã e na parte da tarde e o público é diferente dependendo do horário. De qualquer modo encontramos mais homens do que havíamos encontrado nas salas de espera do CRAS. Observamos que a praça é também lugar de trabalho. Como citamos anteriormente, há um pasteleiro, um pipoqueiro e guardadores de carros. Há ainda policiais da Guarda Civil Metropolitana e os trabalhadores do trailer de informática. Há até espaço para se fazer negócio. Foi o caso de um homem que estava passando e parou para conversar conosco. Ele se apresentou dizendo que trabalhava com eventos e tinha nos observado na mesa com o nosso cartaz. A partir disso nos conduziu para uma conversa em que nos propunha fazermos um grande evento na praça em parceria com a USP e Prefeitura do Taboão. Ele se esforçou muito para nos convencer “a fechar negócio” e queria que já agendássemos uma reunião com a equipe da USP que trabalhava conosco. Além disso, presenciamos uma equipe da Prefeitura de Taboão trabalhando na montagem da festa junina. Eram marceneiros, ajudantes, motoristas, engenheiros que encheram a praça e não ficaram neutros a nossa presença. Com muito humor conversaram conosco, uma vez que estávamos literalmente no meio da montagem. Dessa forma, a praça se mostrou não só um lugar de passagem, de conversa ou de encontro, como também um lugar de trabalho para alguns de seus freqüentadores.

Nossa inserção na praça teve como facilitador o senhor “José” guardador de carros na praça há 5 anos. Este senhor nos forneceu dicas importantes do ambiente como ir na parte da tarde por ser o horário que tem mais adultos e também ter sombra cobrindo as mesas de concreto no canto

da praça. Nos indicou ainda que avisássemos os policiais da nossa presença e do nosso projeto, para que não houvesse nenhum problema. Pudemos observar nessa inserção a presença de homens em todos os horários. As mulheres, em geral, são vistas nos horários de entrada e saída da escola que tem ao fundo. Por isso, conversamos predominantemente com homens. A única mulher que conversou conosco foi uma moça, acompanhada do marido e do filhinho, o qual ela foi buscar na escolinha.

Os homens com quem conversamos relatam realizar trabalhos de pedreiro, marceneiro e segurança particular. Foi curioso notar que nenhum deles relatou estar desempregado ou estar com dificuldades de conseguir trabalho, apesar do senhor José nos informar que “o que não falta na praça é desempregado e ‘véio’ contando mentira”. A não ser um homem que estava acompanhado da esposa e relatou uma situação de aposentadoria precoce por conta de doença. Neste ambiente nos deparamos com um discurso, por parte destes homens, sobre trabalho que afirma não haver falta de emprego, o que falta é qualificação e gente querendo “colocar a mão na massa”, como afirmou o policial com quem conversamos. Surpreende-nos a diferença com relação ao discurso das mulheres usuárias do CRAS no qual por mais que elas se qualifiquem e façam currículos, as portas parecem sempre fechadas para o mercado de trabalho formal. Um rapaz jovem com quem conversamos afirma que seus amigos buscam trabalho em agências de empregos e geralmente conseguem. Ele nunca procurou por agência, conseguiu por indicação. Porém, a única informação que nos forneceu é que trabalha na “produção” sem especificar onde, e em que horário, uma vez que ele estava na praça por volta das 15 horas. A única mulher com quem conversamos na praça, no entanto, traz uma visão mais próxima das mulheres com quem conversamos no CRAS. Parece que com relação ao mundo do trabalho e como ele é assumido e percebido há, nesse ambiente, uma questão de gênero envolvida. Outros grupos que freqüentam a praça são os jovens que vão para andar de bicicleta, skate, jogar bola e, nas quintas de noite, para a “balada” em um bar que fica na esquina e faz encher a praça de “emos”, segundo seu José e o policial. Percebemos também nos relatos que colhemos que há uma visão de mulher que afirma valores e virtudes valorizados, enquanto mulheres que não ficam em casa, “são fáceis” e “se oferecem” não seriam mulheres de valor.

Esta experiência e as nossas constantes reflexões acerca do trabalho realizado nos levaram a pensar na expansão deste projeto para outros espaços públicos da Região Metropolitana de São Paulo (englobando São Paulo, ABC, Osasco, Taboão da Serra). Planejamos para agosto de 2011 o início de uma nova etapa que compreenderia esta região, além do incremento do dispositivo utilizado. Contaremos a partir desta data com uma banca de camelô, como no projeto de Myiashiro e Trench, com um cartaz semelhante ao utilizado na Praça Luis Gonzaga. Pretendemos, na mesma linha do projeto supra descrito, instigar os transeuntes de diferentes partes da região metropolitana de São Paulo a discutir conosco sobre trabalho e desemprego e produzir materiais que retratem esses temas de acordo com as experiências das próprias pessoas. Esses materiais (frases, desenhos, músicas, fotos, produções artesanais) serão pouco a pouco afixados na própria barraca, permitindo a circulação de idéias entre transeuntes e a composição de uma barraca-imagem de confluências e dissonâncias que compõem o campo temático do trabalho nestes espaços. A idéia é que através da apropriação do espaço público enquanto um espaço coletivo de sociabilidade e de troca, é possível apreender significações não explícitas sobre a temática do trabalho e evidenciar os recursos que as pessoas mobilizam para gerar renda para si, para suas famílias e agregados. Nossa pretensão é problematizar com o público desses espaços as formas de saberes por eles construídas, no que tange à temática do trabalho, normalmente marginalizadas pela sociedade e nem sempre consideradas pelas políticas públicas. Como possibilidade, visamos realizar gravações destas intervenções para uma produção audiovisual futura que apresente e promova a circulação de saberes sobre este tema a partir dos atores que protagonizam a experiência de trabalho em contextos particulares e a apreendem de acordo com seu cotidiano.

A destinação do material a ser confeccionado no final do segundo semestre de 2011 tem como foco instituições que abordam esta temática (sindicatos, centros de referências em saúde do trabalhador, centros de referência em assistência social, escolas técnicas, secretarias de trabalho e emprego, universidades etc.)

Considerações Finais

Este projeto foi permeado por constantes reflexões acerca dos limites da prática psicológica, além de sua implicação, como área de conhecimento, na produção de visões acerca dos indivíduos. Assim, partilhamos do pensamento de que a psicologia compreende um território de saberes produzidos historicamente. Tal noção coloca-nos, portanto, diante da idéia de que esses saberes acerca de uma dada realidade têm caráter provisório. Como afirma Cecília Coimbra, “Não tendo uma natureza, o homem, a sociedade, a psicologia e a política não são. Sempre estão sendo, sempre estarão fazendo.” (Coimbra, 2003, p. 14) É essa visão que nos fornece a possibilidade de uma prática psicológica como a que propomos e nos utilizamos das palavras desta autora para dizer que “Trata-se de afirmar as potências, as diferenças, as multiplicidades e possibilidades finitas e ilimitadas do homem, da sociedade, da psicologia e da política. A aposta na produção de ‘verdades’ sempre provisórias, temporais e temporárias.” (Coimbra, 2003, p. 14)

Somos devedoras ainda de outro autor, no qual nos apoiamos para apostar na possibilidade de atuação no espaço público da cidade. Trata-se de José Guilherme Cantor Magnani, professor do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade São Paulo. A leitura de Magnani nos ajudou a pensar a cidade pra além de visões que a caracterizam como um lugar de passagem, frio, de individualidades que não interagem entre si e estão no espaço urbano apenas de passagem. Como este autor afirma: “é neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro [como possibilidade do trabalho etnográfico], capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas de múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (Magnani, 2002, p.17), indivíduos que, em última análise, sustentam a trama da dinâmica urbana, constituindo assim, um campo aberto para a psicologia social. No espaço público muitas coisas significativas acontecem. Ele pode ser apenas um lugar de passagem, mas concebendo a realidade social como um conjunto complexo de interações, será difícil manter esta afirmação. No caso desta praça, o espaço é lugar de passagem, de lazer, de conversa e também de trabalho.

A partir dos relatos que acumulamos até o momento, só vemos enfatizada a contribuição que um trabalho como esse pode trazer às instituições que trabalham com esta temática (como Centro de Referência do Trabalhador, sindicatos, CRAS, entre outros). É preciso ouvir os atores que compõem o quadro da temática do trabalho para conseguirmos propor alternativas, ou resgatar as estratégias pessoais quando o assunto é necessidade de gerar renda. É preciso entender a que tipo de dificuldades estão submetidos. Dificuldades que vão desde a concretude da falta de trabalho capaz de gerar renda suficiente para si e para a família até a negação de que a falta de trabalho exista.

Referências Bibliográficas:

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)- **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP).** -- Brasília, CFP, 2007

Coimbra, Cecília e Leitão, Maria Beatriz Sá. **Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades.** Psicol. Soc., Dez 2003, vol.15, no.2, pp.6-17.

Farina, Anete Souza e Neves, Tatiana Freitas Stockler das. **Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho.** Cad. psicol. soc. Trab, 2007, vol.10, n.1, pp. 21-36.

Magnani, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Rev. bras. Ci. Soc. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29.

Myiashiro, Rafael Tadashi e Trench, Belkis. **Coisa de homens: relatos de uma intervenção fílmica sobre menopausa no centro de São Paulo.** Rev. Imaginário, 1ºsem/2008, n.16, pp. 231-256.